

Educar para incluir no território de identidade Piemonte do Paraguaçu

Resumo:

Este artigo tem como objetivo mostrar aspectos gerais e específicos da Educação Profissional no Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu I, que trazem significativas contribuições para inclusão de jovens e adultos no mundo do trabalho. O currículo dessa forma de oferta de Ensino Médio integrada à formação técnica tem o trabalho como princípio educativo, o que faz com que a proposta pedagógica prepare os sujeitos para o usufruto de uma cidadania com informação e autonomia, para militância em prol de melhorias nos diversos campos de trabalho, mostrando, através da prática que a escola não deve estar a serviço apenas ao preparo para Enem e Vestibular. O currículo da EP na Bahia vislumbra incluir sujeitos no mundo do trabalho de maneira integral, na medida em que prepara de forma técnica e humana para a militância pela manutenção dos ganhos historicamente adquiridos no trabalho, assim como alerta, em seu processo de formação, a importância de melhorias, em novas formas de contratação de serviços. A Educação Profissional na Bahia vislumbra estar para além dos ditames/orientações do capital/mercado de trabalho.

Palavras-chave:

Educação Profissional – Currículo – Princípio Educativo – Inclusão

Educar para incluir no Sertão da Bahia

Juliana Gabriela dos Santos Leal¹

Há muitas pesquisas que tratam da Educação Profissional (EP) no Brasil, contudo, nesse trabalho, estaremos elencando aspectos gerais sobre os rumos da EP na atualidade, discutindo a importância de alguns elementos para que a EP na Bahia seja, de fato, uma ferramenta de inclusão e uma referência de qualidade na forma como oferta esse tipo de ensino que integra o Ensino Médio à Formação Técnica para a população que reside no interior da Bahia, de maneira gratuita e sem critérios de seleção para mediar o ingressos de interessados.

A EP no Brasil passou por reformas entre 1995-2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso e agora, no Governo do Michel Temer, passamos por novos ajustes no formato do Ensino Médio, que passará a ter um viés técnico e na estruturação da Base Nacional do Núcleo Comum (BNCC). Essas mudanças causarão impactos diretos no funcionamento de toda estrutura de Ensino, uma vez que, todo o projeto educacional é ajustado para atender demandas e propostas de governos, que, em muitas situações, seguem os ditames de organismos internacionais que “financiam” a educação pública.

Inicialmente, nos propomos a trazer elementos que sirvam para a reflexão sobre as razões da criação da EP no Brasil e na Bahia e quais os desafios o cenário atual tem sinalizado para que ela esteja a serviço da inclusão e qualificação dos sujeitos para o ingresso no mundo do trabalho.

A EP foi criada para atender às novas demandas oriundas das atividades econômicas que tinham uma crescente necessidade de mão-de-obra qualificada de maneira rápida para ser absorvida pelas atividades das indústrias. Ainda que de modo tardio, a industrialização brasileira ocorre e muda a perspectiva do formato de funcionamento das escolas, que precisa adaptar-se ao quadro de mudança estrutural da sociedade, uma vez que

As transformações na organização do trabalho artesanal e o aparecimento da grande indústria, na passagem do século XVIII para o XIX, produzem o trabalhador livre de atividade assalariada. Este liberta-se, portanto, dos laços e das obrigações que o prendiam às guildas, nas cidades, e aos feudos, no campo, tornando-se, gradativamente um trabalhador fabril (MANDREDI, 2002, p.41).

A realidade descrita por Manfredi (2002) refere-se à realidade europeia, que, 200 anos mais tarde, chega ao Brasil, especialmente nas capitais dos estados, mudando a forma de se pensar sobre a importância do trabalho, produzindo grandes migrações na década de 1930. Gradativamente tivemos uma população de todos os estados para os lugares onde as fábricas chegavam e logo eram absorvidas.

Nas sociedades capitalistas de todo o mundo, o trabalho assalariado vira a modalidade corrente, onde, “o trabalhador troca sua capacidade de trabalho por um salário, uma remuneração, cujos valores, em geral, são estipulados pelo mercado” (MANFREDI, 2002, p. 45). Desta forma, o Brasil se preparou para se inserir nesse universo, saindo de um modelo agroexportador, marcado por brutais relações de

¹ Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, Especialista em Metodologia para o Ensino na Educação Profissional.

trabalho caracterizadas pelo tráfico de pessoas para escravidão e perversão das relações de trabalho entre seres humanos marcadas pelo “mando” e abusos nas normativas sobretudo nas relações entre trabalhadores e donos das terras.

Adaptar-se às novas formas de trabalho foi uma tarefa delicada, que gerou muitos problemas, que ainda nos impactam na atualidade. O século XX marca a fim da escravidão, contudo, não repara os danos deixados por elas em nossas relações sociais e em nossas perspectivas de trabalho no Brasil e em especial, no sertão do Brasil. E isso torna essa pesquisa relevante e necessária.

Para Manfredi (2002, p. 49), “a natureza, os tipos de trabalho e as condições de emprego dependem muito mais dos mecanismos estruturais que de processos educativos, sejam elas intencionais ou não, escolarizados ou não.” Contudo, os ditames dos documentos que normatizam a educação sempre estiveram atrelados aos mecanismos estruturais da economia. De acordo com a autora, “a EP, enquanto prática social, é uma realidade condicionada, determinada e não condicionante de qualificação social para o trabalho e para o emprego”. Logo, precisamos saber mais elementos sobre a relação entre economia e o trabalho, assim como trabalho e escola.

As relações entre escola e trabalho dão-se num contexto histórico de movimento contraditório, pois, ao mesmo tempo em que vemos grandes transformações no campo da tecnologia, da ciência, das formas de comunicação, convivemos também com o aumento do desemprego, da diversificação das especializações, com a redução das oportunidades de emprego por conta própria, temporário – enfim, um movimento de ressignificação da importância da educação e da escola, associado a um movimento da redução do emprego formal e de requalificação do trabalho assalariado (MANFREDI, 2002, p.50).

Desta forma, pensar sobre as contrações dos movimentos históricos, em prol dos menos favorecidos, acaba por se tornar uma militância árdua e cheia de significados políticos, a favor de uma maioria de cidadãos que desejam estar na escola, acreditando que ela está preparando-o para o ingresso no mundo do emprego formal assalariado, ou emprego por conta própria com qualificação que lhe assegure renda, uma vez que, a expansão do capitalismo industrial criou a necessidade da universalização das escolas, como agências que preparam os sujeitos para o trabalho, onde “retornam-se as discussões sobre a necessidade de reformar a escola para que se ajuste às exigências e necessidades do novo momento histórico” (MANFREDI, 2002, p.54).

Que tipo de formação a escola deve privilegiar? Quais teorias devem ser utilizadas para reflexão e ressignificação da prática em sala de aula? Quais paradigmas conceituais precisam ser transpostos? Na atualidade, discute-se muito a noção de “competências” básicas e necessárias para a formação dos sujeitos e temos ainda uma educação básica que está dividida entre aquelas escolas que ofertam a formação geral e aquelas que ofertam a geral integrada à formação técnica e tecnológica. A EP da Bahia está nesse segundo grupo.

No que concerne à formação geral integrada à formação técnica, temos estruturas diferentes de currículo sob paradigmas diferenciados. Na Bahia temos escolas agrícolas, os Institutos Federais e os Centros de Educação Profissionais da rede estadual oferecendo o Ensino Médio com Formação Técnica e/ou Tecnológica gratuita. Nesse trabalho, temos os Centros de Educação Profissionais da rede estadual como referência de discussão.

No que tange a EP, de modo geral,

Os paradigmas que lhes dão suporte foram historicamente construídos e vão sendo ressignificados à luz do presente.

Assim, entre as diversas concepções, há desde as que consideram a EP numa perspectiva compensatória e assistencialista, como uma forma de educação para os pobres, até aquelas centradas na racionalidade técnico-instrumental, as quais postulam uma formação voltada para a satisfação das mudanças e inovações do sistema produtivo e dos ditames do atual modelo econômico de desenvolvimento brasileiro, além de outras orientadas pelas ideias de uma educação tecnológica, numa perspectiva de formação de trabalhadores como sujeitos coletivos e históricos (MANFREDI, 2002, p. 57).

A EP da Bahia se fundamenta no pressuposto que entende que a escola deve formar trabalhadores como sujeitos coletivos e históricos, que deve conhecer suas demandas, garantir como a coletividade que os direitos adquiridos sejam mantidos e como sujeitos históricos, devem lutar para que melhores condições de trabalho sejam asseguradas para a geração que virá. A reformulação da EP na Bahia começa em 2006, visando preparar os sujeitos para o mundo do trabalho e não exclusivamente para o mercado de trabalho.

O currículo da EP teve uma configuração diferenciada a partir de 2007. Em 2006 haviam apenas 6 escolas técnicas estaduais e nestas foi identificada uma estrutura técnica e pedagógica inadequada, onde a perspectiva era a formação para o mercado de trabalho, com uma matriz curricular distante da realidade dos alunos (DUARTE e TAFFAREL, 2017). Desta forma, foi criada a Superintendência para Educação Profissional (SUPROF), para coordenar e desenhar a nova EP, que saia do modelo tecnicista profissionalizante, para o modelo Ensino Técnico Profissional, que tinha como proposta oferecer possibilidades de elevação da qualidade da formação técnica dos estudantes.

A partir de 2006 a EP na Bahia passou a avançar no número de matrículas, tornando-se a segunda maior rede de oferta de EP do país. Em 2006 tinha uma oferta de 4.016 estudantes, chegando a 84.570 estudantes em 2016, de acordo com Duarte e Taffarel (2017). A Bahia tomou como referência didático pedagógica o trabalho como princípio educativo, e isso fez muita diferença na vida dos estudantes, uma vez que:

O trabalho se constitui em direito e em dever e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, tem a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de promover a subsistência, e outras esferas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos, que explorem e vivem do trabalho de outros (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.60).

No passado e no presente, as grandes corporações sempre desejaram que produzamos sujeitos para o mercado de trabalho pouco reflexivos, visto que, sob a égide do capitalismo, para que se tenha cada vez mais lucros, a exploração consentida é o maior desejo dos donos do dinheiro e dos meios de produção. Pensar a EP com o trabalho como princípio educativo, a coloca como uma força contra hegemônica importante, na luta pela dignidade humana no seu preparo para inserção no mundo do trabalho.

Encontramos no trabalho de Duarte e Taffarel (2017), a melhor explicação sobre a estrutura curricular da EP da Bahia de 2006 a 2016, onde os mesmos elencam que, os cursos da EP foram formatados com matrizes curriculares integradas, com disciplinas da Base Nacional do Núcleo Comum (BNCC), disciplinas consideradas importantes para a Formação Técnica Geral (FTG) e disciplinas para a Formação

O nosso território foi criado em torno de conflitos de ocupação para exploração em nosso passado e pelo esgotamento das riquezas naturais (recursos minerais), está numa zona periférica e/ou marginal do planejamento para desenvolvimento, e “convive com alto grau de pobreza e de indigência” (SEPLAN, 2013, p. 24).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento para o território, coordenado pela SEPLAN,

Os municípios do território integram o entorno da Chapada Diamantina, povoada com o surgimento do ciclo da mineração, principalmente diamantes. Nessas terras há 600 milhões de anos foram mar e estiveram um dia forradas de pedras preciosas, a paisagem sertaneja é bem diferente daquela encontrada em todo o semiárido. A diversidade da vegetação e o relevo do lugar encantam, com suas grutas, cachoeiras, morros exuberantes, além de cidades históricas, que guardam muitas estórias e lendas que integram a memória cultural dos habitantes (SEPLAN, 2013, p. 25).

Logo, as condições naturais, no passado, asseguraram grande fluxo de pessoas. Cidades cresceram. Quando encerrou o ciclo de mineração, algumas cidades quase desapareceram e outras ficaram estanques, em suas possibilidades de crescer, uma vez que, é sabido que, os problemas relacionados a desenvolvimento e/ou crescimento econômico estão atrelados à vontade política. Estão condicionadas a políticas públicas pontuais.

Depois da reformulação do planejamento regional, com a institucionalização dos territórios de identidade como unidades de planejamento, foram criados os conselhos para discussão e análise das dificuldades e anseios dos integrantes de cada território.

Gerir um conjunto de municípios que nunca se imaginaram enquanto unidade de planejamento não está sendo tarefa fácil. De acordo com o plano de desenvolvimento do nosso território,

O processo de gestão tem sido o grande desafio em todas as iniciativas que primam pela participação, pela condução coletiva das coisas, pelas tentativas de descentralização das políticas públicas. E as dificuldades não se limitam à gestão de projetos, são mais abrangentes e complexas; passam pela compreensão da totalidade social, pela tendência natural de setorização da realidade, pela reprodução de práticas conservadoras que todos querem superadas; pela gestão do conhecimento, com a criação de instrumentos pedagógicos que permitam o crescimento das pessoas de forma estreitamente vinculada ao fortalecimento das organizações; pela capacidade de sistematizar as experiências exitosas e fracassadas, transformando-as em objeto de reflexão e de aprendizado; por um novo protagonismo que seja capaz de incluir os diferentes interesses técnicos, econômicos e políticos que são

norteados por diferentes ideologias (SEPLAN, 2013, p.39).

Desta forma, fica claro que não basta criar as unidades de planejamento que tenham “afinidades” entre si quanto às características históricas, naturais e estatísticas. É necessário ir além, por caminho que devem ser construídos pelos maiores interessados, os representantes dos municípios dentro do Conselho Territorial, que cabe outra discussão em outro momento, uma vez que

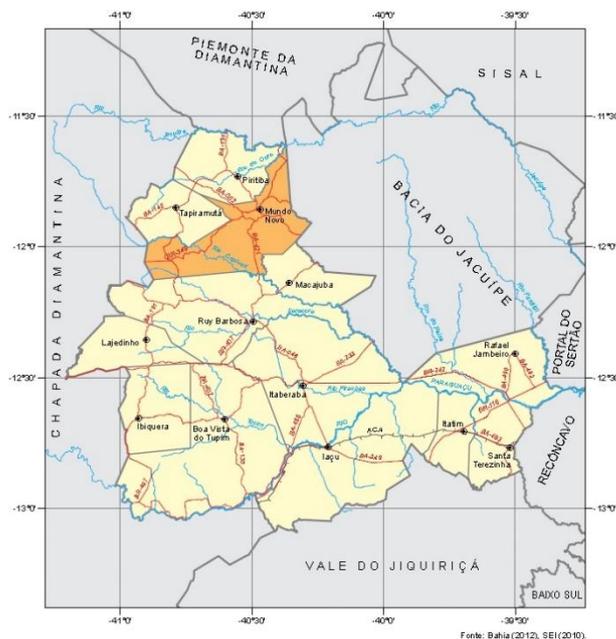
O planejamento é uma ferramenta indispensável para toda e qualquer forma de intervenção que se pretenda, consistente por orientar o presente e permitir a construção de um referencial de futuro. O planejamento, materializado no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), só faz sentido se gerar resultados, sejam grandes ou pequenos e eles só serão identificados com um eficiente sistema de gestão (SEPLAN, 2013, p.39).

Talvez, como tentativa de ajudar os municípios a se integrarem, a antiga Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), atual Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica (SUPROT), propôs a criação da oferta da Educação Profissional a partir dos territórios de identidade, onde, por território, poderiam ter mais de um Centro de Educação Profissional.

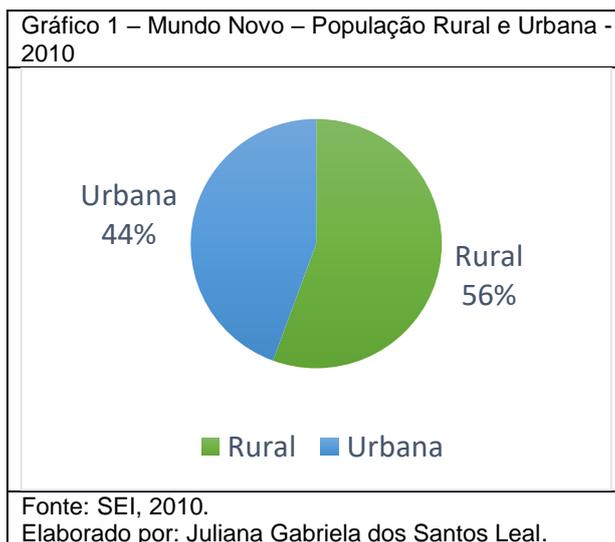
No território Piemonte do Paraguaçu foram criados dois centros de educação profissional. Um em Itaberaba e outro em Mundo Novo. Trataremos aqui da educação e inclusão através da EP em Mundo Novo, município que oferta cursos técnicos gratuitos desde 2008, formando sujeitos para o mundo do trabalho, e não somente para o mercado de trabalho.

De acordo com os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2010), Mundo Novo encontra-se na mesorregião geográfica Centro-Norte Baiano, eixo de desenvolvimento Chapada Norte. Possui sede e três distritos: Alto Bonito, Ibiaporã e Indaí (figura 2). O município de Mundo Novo faz limite com Baixa Grande, Macajuba, Mairi, Piritiba, Ruy Barbosa, Tapiramutá e Utinga, conforme figura abaixo.

Figura 2- Localização de Mundo Novo no território Piemonte do Paraguaçu



O município possui uma área de 1.493 quilômetros quadrados, está a 604 metros de altitude e está a 314 quilômetros de distância da capital. Em 2010, o censo identificou que há 24.395 mil habitantes. A maioria da população reside em áreas urbanas. Contudo uma quantidade significativa de habitantes reside em áreas rurais, conforme gráfico 1.



Do total de habitantes, em 2012, 6.202 famílias estavam cadastradas no Programa Bolsa Família. Desta forma, todos os dados apresentados até aqui relevam muitas informações sobre as condições de vida da população de Mundo Novo, que tem um PIB *Per Capita* de R\$ 4.499,02, em 2010, de acordo com dados SEI. À semelhança de muitos municípios do Brasil, tem um renda que não é elevada e uma relativa concentração da mesma, onde poucos tem muito e muitos tem quase nada para sobreviver.

Carente de políticas que fomentem o desenvolvimento do município, assim como a maioria dos 417 municípios baianos que não estão nas áreas “dinâmicas”, que produzem riqueza para Bahia por razões eminentemente políticas, visto que o discurso

de que o clima seco produz atraso já caiu em desuso pela sua inconsistência e incoerência sob todos os aspectos técnicos, a econômicos e geográficos.

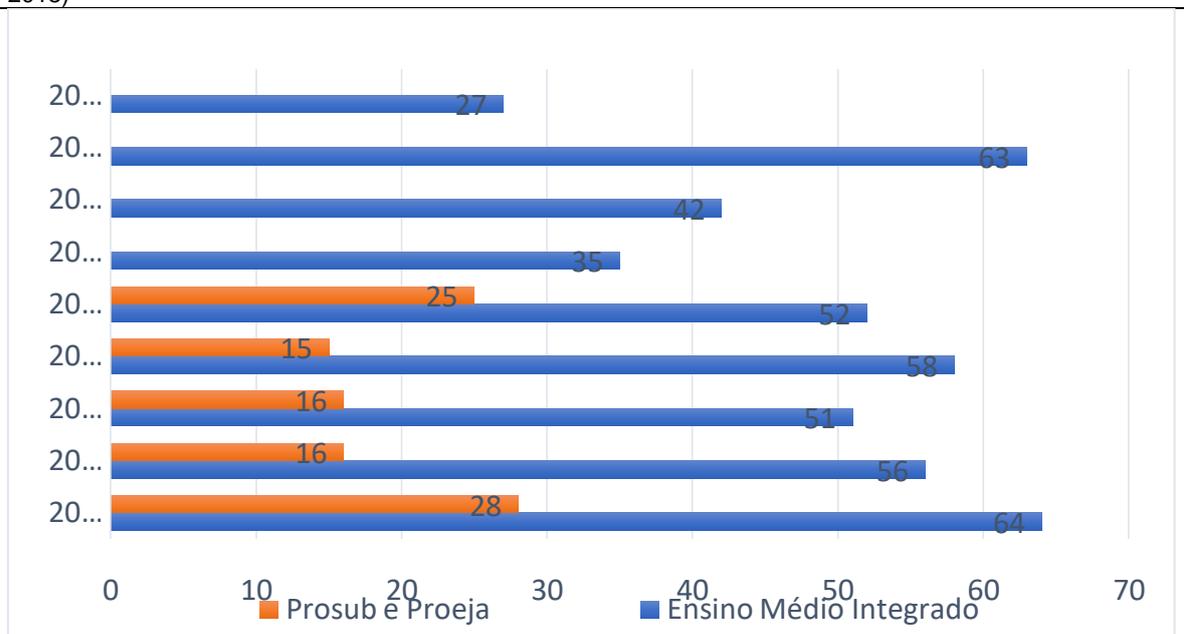
A EP chega propondo formação técnica num currículo integrado, formando cidadãos críticos e aptos para o ingresso no mundo do trabalho. Para tanto, o Centro Territorial de Educação Profissional do Piemonte do Paraguaçu oferta desde a sua origem cursos dos eixos Gestão e Negócios, Comunicação e Informação e Meio Ambiente e Saúde.

Desde as primeiras matrículas, há uma procura significativa da parte dos pais de alunos que são residentes em áreas rurais. De certa forma, as famílias chegam ao centro com a esperança de que concluir o Ensino Médio com Formação Técnica é o caminho para que os filhos tenham melhores condições de serem inseridos no mundo do trabalho, em Mundo Novo ou em cidades distantes.

Para ilustrar melhor, organizamos os dados de acordo com registros do Sistema de Gestão Escolar, que nos deu condições de elaborarmos gráficos com dados de 2010 a 2018. No eixo Comunicação e Informação, foram ofertados os cursos de Informática e Manutenção e Suporte em Informática. No gráfico 3 é possível observar o quantitativo de alunos matriculados nas modalidades Ensino Médio com Formação Profissional Integrada (EPI) e Ensino Médio Integrado com Formação Profissional para alunos oriundos da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Formação Profissional Subsequente (PROSUB), para jovens e adultos que já concluíram o Ensino Médio e desejam adquirir uma formação técnica.

De acordo com a equipe gestora do Centro Territorial de Educação Profissional, em Mundo Novo, muitos alunos ingressam na EP com vistas em irem embora do município para irem embora com uma formação e tentarem continuar os estudos, com apoio de familiares em outros lugares. Muitos egressos da EP em Mundo Novo vão para o município de Luís Eduardo Magalhães, outros, seguem para São Paulo, uma megacidade que há muitas décadas atrai pessoas de todos os cantos do Brasil que desejam emprego e melhorias nas suas condições de vida, ora pelo pela possibilidade de emprego ou pela possibilidade de maior aperfeiçoamento profissional e/ou acadêmico.

Gráfico 3 – Ingressos na Educação Profissional em Mundo Novo (Eixo Comunicação e Informação – 2010 a 2018)



Fonte: SGE.

Elaborado por: Juliana Gabriela dos Santos Leal.

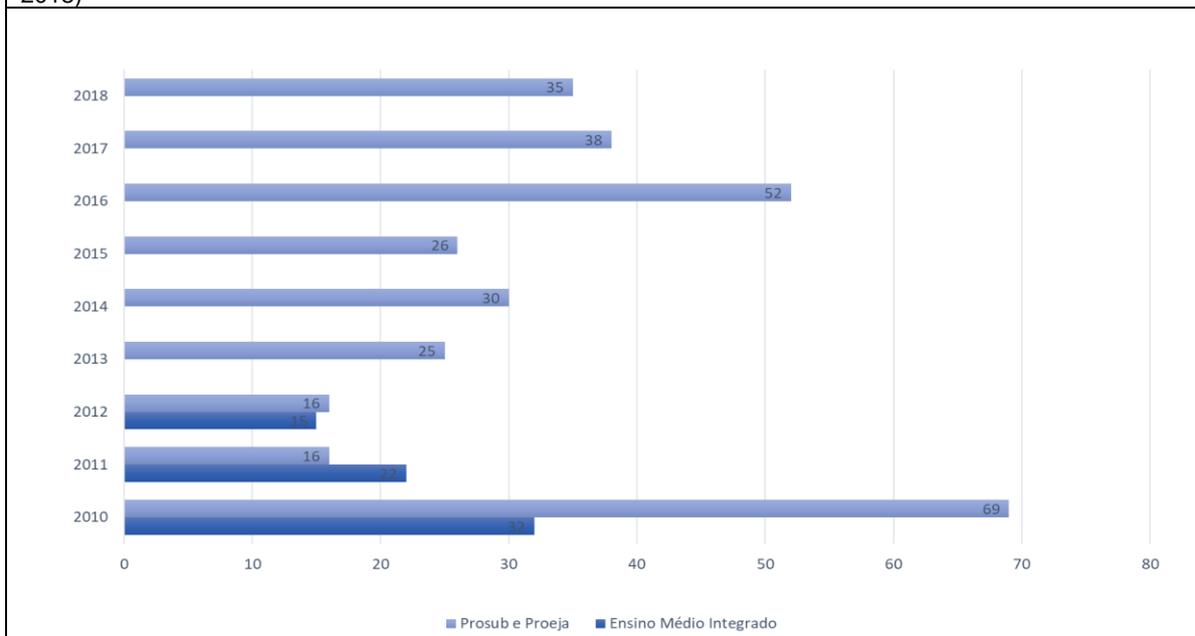
Os cursos do Eixo Meio Ambiente e Saúde ofertados no Centro de Educação Profissional em Mundo Novo foram Enfermagem e Nutrição e Dietética. O grupo gestor nos informou que inicialmente o curso era ofertado na modalidade EPI, contudo, a oferta foi revisada e retirada a pedido dos técnicos em saúde que faziam parte do grupo de discentes que ministravam as disciplinas da FTE, uma vez que, identificaram que, as turmas começavam o curso com animação e no final, perdiam o interesse, porque contatavam que tinham ingressado para atender à vontade dos responsáveis, sem ter noção da postura exigida do profissional de saúde que atua cuidando de pessoas com as mais diversas enfermidades.

Muitos alunos ingressavam no curso de Enfermagem, de 2010 a 2012 com 14 ou 15 anos e, aos 18 anos constatavam que não desejavam ser técnicos em Enfermagem, mas tinham que enfrentar os desafios do Estágio, com longas horas para aprendizagem práticas.

Logo, a partir de 2013, os cursos desse eixo passaram a ser ofertados apenas na modalidade PROSUB, para adultos que estavam seguros dos desafios e demandas da formação técnica na área de saúde. A maioria dos profissionais formados pelo Centro de Educação Profissional em Mundo Novo são de Mundo Novo, Piritiba, Baixa Grande e Tapiramutá e muitos deles são absorvidos pelas demandas que esses municípios têm desses profissionais. A escola pública, cumprindo a sua função social, é o que o grupo gestor sente, quando nos relata essas informações. Desta forma, a EP em Mundo Novo insere, inclui sujeitos no mundo do trabalho localmente, territorialmente a além dessas fronteiras próximas.

Os dados sobre a oferta dos Cursos da EP no Eixo Gestão e Negócios em Mundo Novo podem ser verificados no gráfico 4.

Gráfico 4 – Ingressos na Educação Profissional em Mundo Novo (Eixo Meio Ambiente e Saúde – 2010 a 2018)



Fonte: SGE.

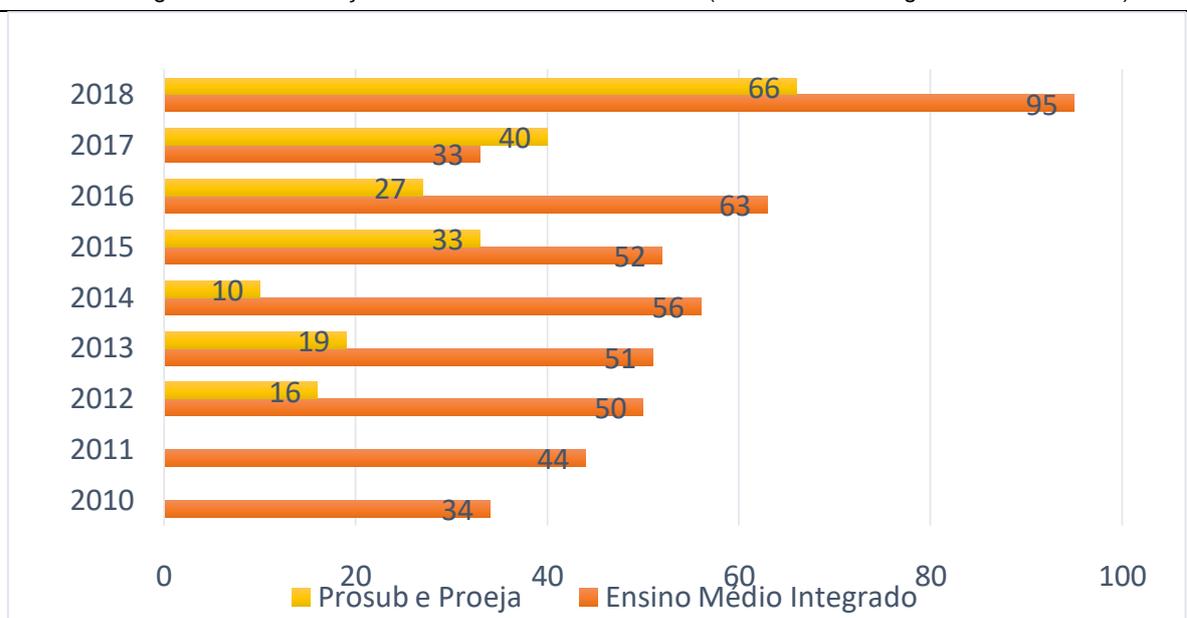
Elaborado por: Juliana Gabriela dos Santos Leal.

Os cursos ofertados em Mundo Novo no Eixo Gestão e Negócios são Comércio, Vendas, Logística e Administração, sendo a maioria deles cursos de um turno e algumas turmas são de tempo integral. Como já mostrado em gráfico anterior, o comércio é a segunda atividade econômica mais importante na perspectiva de registro de empregos formais no município. Desta forma, a EP em Mundo Novo encontra grande campo de estágio, onde, muitos egressos são contratados com a

carteira de trabalho assinada, devido às experiências exitosas no estágio e os relatos sobre esses casos são muitos.

A formação profissional amplia horizontes e qualifica o sujeito para que as portas do primeiro emprego não sejam tão difíceis. Os dados sobre o ingresso de alunos nos cursos do Eixo Gestão e Negócios podem ser verificados no gráfico 5.

Gráfico 5 – Ingressos na Educação Profissional em Mundo Novo (Eixo Gestão e Negócio – 2010 a 2018)



Fonte: SGE.

Elaborado por: Juliana Gabriela dos Santos Leal.

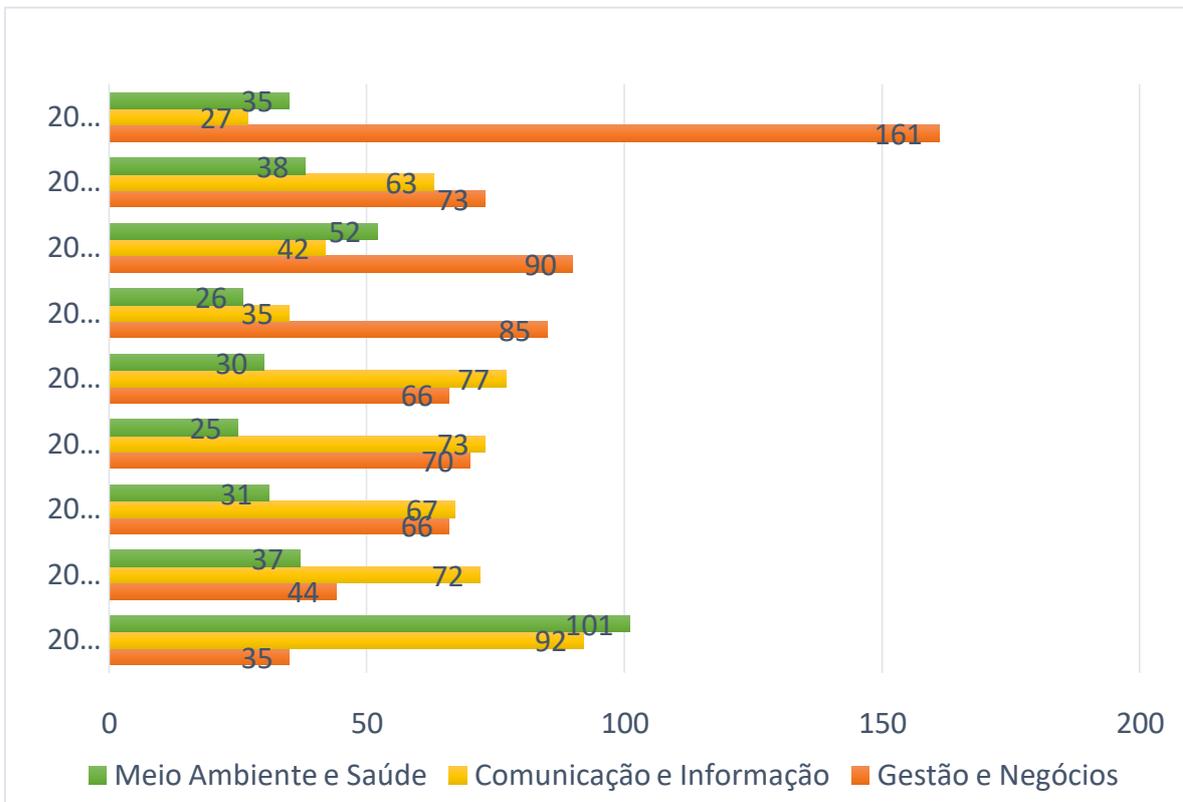
Estamos discutindo pontualmente inclusão no mundo do trabalho pela EP em Mundo Novo e temos mais 70 centros, ofertando cursos que são sinônimos de esperança da concretização do sonho de ter um emprego formal para muitos adolescentes e adultos. No Gráfico 6 podemos observar a perspectiva de evolução da oferta dos cursos dos três eixos da EP, já apresentados de maneira separada anteriormente.

De acordo com Gadotti,

A educação é a aquisição da arte de utilizar os conhecimentos. É uma arte muito difícil de se transmitir. Sempre que se escreve um manual de verdadeiro valor educacional, pode-se estar quase certo de que algum crítico dirá que será muito difícil ensinar por meio dele (GADOTTI, 2008, p. 117).

Aprender sobre o conhecimento dissociado da vida é uma tarefa difícil. O currículo da EP permite que os conhecimentos sejam ressignificados quando o trabalho é utilizado como princípio pedagógico, que confere maior valor ao processo educacional.

Gráfico 6 – Ingressos na Educação Profissional em Mundo Novo – 2010 a 2018



Fonte: SGE.

Elaborado por: Juliana Gabriela dos Santos Leal.

Acreditamos que, a EP da Bahia foi sonhada por pessoas inspiradas em Gadotti que acredita que que no futuro,

[...] educar-se será sinônimo de aprender a querer progredir, a melhorar; nesse dia educar não será sinônimo de formar e manter homens a meio caminho de duas possibilidades de desabrochamento, mas, ao contrário, abrir-se à essência e à plenitude da própria existência (GADOTTI,2008, p. 296).

Com os “desajustes injustos” do Governo Federal para Educação, todos os educadores ficaram apreensivos, mas, a história é feita por sonhadores que não se cansam. Já foram dados passos largos e firmes na melhoria da escola pública, em especial na escola que oferta cursos técnicos distantes da formação profissionalizante do passado, comprometidos com a Formação Profissional, para inserção de sujeitos conscientes, críticos, politizados e conscientes de seu papel enquanto sujeitos históricos em movimento no mundo do trabalho.

Até aqui, a EP em Mundo Novo esteve engajada nesse movimento do sonho. Foi possível constatar comprometimento de gestores e docentes com os sonhos do coletivo de sujeitos que desejam passar pelo Centro de EP para chegar a lugares maiores e melhores.

A escola pública precisa de afirmar, cotidianamente com a inclusão de todos e todas. Precisa ser lugar de fomento de sonhos e estímulo para que todos sintamos a constante fome e sede de conhecimento, pensando em transformar o mundo num lugar melhor para se viver.

Referências:

DUARTE, Ruy José Braga; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **A organização da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Rede Estadual de Educação Profissional da Bahia**. IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional: A produção do Conhecimento em Educação Profissional. Natal, Rio Grande do Norte – 24 a 27 de Julho de 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs). Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005).

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2008.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Sistema de Gestão Escola.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA (SEPLAN). Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável para o Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu. Salvador: SEPLAN, 2013. <acesso em 01/05/2018 : http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/PTDS-Piemonte-Paraguacu.pdf >

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTADOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Estatísticas dos Municípios Baianos: Anuário Estatístico do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu**, nº 14, v.4, nº 2. Salvador: SEI, 2012.